



SAÚDE REPRODUTIVA E PREVENÇÃO DE IST EM GRUPOS VULNERÁVEIS

Reproductive Health and STI
Prevention in Vulnerable Groups

Ana Júlia Andrade Matos de Andrade¹
ana.julia00@souunit.com.br

Igor Matos Nunes²
igor.nunes@souunit.com.br

Lívia de Ávila Nascimento Conceição³
livia.avila@souunit.com.br

Lorena Meyrelles Souza Araújo⁴
lorena.meyrelles@souunit.com.br

Mariana Guimarães de Souza Melo⁵
mariana.guimaraes01@souunit.com.br

Maria Eduarda Amaral Siebra⁶
maria.siebra@souunit.com.br

Maria Luisa Dias Fontes⁷
maria.lfontes@souunit.com.br

Rafael Vasconcelos de Andrade⁸
rafael.vasconcelos02@souunit.com.br

Rayane Ferreira de Souza⁹
rayane.ferreira02@souunit.com.br

Tamires Freire de Carvalho Santana Andrade¹⁰
tamires.freire95@souunit.com.br

RESUMO

A saúde reprodutiva, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é um estado de bem-estar físico, mental e social relacionado ao sistema reprodutivo, abrangendo prevenção de doenças e autonomia reprodutiva. No Brasil, essa temática enfrenta tabus, especialmente devido à vulnerabilidade histórica associada ao gênero feminino. O Ministério da Saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), inclui o planejamento reprodutivo em suas políticas públicas. Este estudo, conduzido por estudantes de Medicina em Aracaju (SE), focou em mulheres de 23 a 56 anos assistidas pela ONG CrerSer, localizada na comunidade Aloque, no bairro Jabotiana. O objetivo foi abordar saúde reprodutiva e prevenção de IST em grupos vulneráveis, ressaltando a importância de estratégias integradas ao SUS para melhorar a qualidade de vida dessas mulheres. A metodologia incluiu capacitação teórica sobre métodos contraceptivos e higiene feminina, seguida de rodas de conversa com as participantes. Os resultados mostraram que apenas 20% utilizavam preservativos e 30% não usavam métodos contraceptivos, evidenciando lacunas na prevenção de ISTs. O estudo reforça a necessidade de ampliar a educação em saúde e o acesso a recursos, visando minimizar desigualdades e promover o bem-estar feminino.

PALAVRAS-CHAVE

Acesso à Saúde. Grupos Vulneráveis. Saúde da Mulher. Prevenção de IST.

ABSTRACT

According to the World Health Organization (WHO), reproductive health is a state of physical, mental, and social well-being related to the reproductive system, encompassing disease prevention and reproductive autonomy. In Brazil, this topic faces societal taboos, especially due to the historical vulnerability associated with the female gender. The Ministry of Health, through the Unified Health System (SUS), includes reproductive planning in its public policies. This study, conducted by medical students in Aracaju (SE), focused on women aged 23 to 56 assisted by the NGO CrerSer, located in the Aloque community in the Jabotiana neighborhood. The objective was to address reproductive health and STI prevention in vulnerable groups, emphasizing the importance of strategies integrated into the SUS to improve these women's quality of life. The methodology included theoretical training on contraceptive methods and female hygiene, followed by discussion circles with the participants. The results showed that only 20% used condoms, and 30% did not use any contraceptive methods, highlighting gaps in STI prevention. The study reinforces the need to expand health education and access to resources to minimize inequalities and promote women's well-being.

KEYWORDS

Health Access. Vulnerable Groups. Women's Health. STI Prevention.



1 INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1990, o conceito e legitimidade da temática da saúde reprodutiva ganhou visibilidade a partir da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Egito e da Conferência Mundial sobre a Mulher, na China (Parmejiani *et al.*, 2021). Nesse sentido, ao ser caracterizada como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não de mera ausência de doença ou enfermidade, em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo, suas funções e processos", são propostos hábitos que favorecem o protagonismo e a autonomia dos indivíduos para uma vida sexual segura e satisfatória (Parmejiani *et al.*, 2021).

Nesse viés, a partir de uma caracterização desconstruída acerca da sexualidade humana, a ideia de saúde sexual e reprodutiva (SSR), enfatiza a possibilidade de melhorar o bem-estar social e as relações interpessoais a partir de elementos que envolvam os aspectos reprodutivos e as infecções sexualmente transmissíveis (IST) (Parmejiani *et al.*, 2021). Dessa forma, a abordagem positiva da sexualidade humana, destituída de violência, preconceito e mistificações, busca mitigar a noção da reprodução como destino feminino, prevenir doenças e gestações indesejadas e ratificar os direitos sexuais e reprodutivos (Parmejiani *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, entende-se que a saúde reprodutiva pretende garantir que a mulher possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, com autonomia diante da reprodução, além da liberdade na decisão acerca de quando e quantas vezes fazê-la (Paixão *et al.*, 2022). No Brasil, o Ministério da Saúde (MS) preconiza que o planejamento reprodutivo faça parte dessas ações, a fim de fortalecer o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos por meio de atividades educativas, aconselhamento e atividades clínicas (Paixão *et al.*, 2022).

Além disso, infecções sexualmente transmissíveis (IST) permanecem uma preocupação significativa para a saúde pública devido à sua alta transmissibilidade e morbidade. Muitas vezes assintomáticas, elas podem passar despercebidas e não serem tratadas, o que contribui para a propagação contínua da infecção e elevação do risco de complicações graves (Sul *et al.*, 2023). Nesse contexto, em média uma em cada 25 pessoas no mundo tem pelo menos uma IST. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 1 milhão de novos casos de infecções curáveis são registrados diariamente entre pessoas de 15 a 49 anos no mundo (De Oliveira Macedo *et al.*, 2024).

Assim, a saúde sexual, no contexto de prevenção de IST, e reprodutiva estão intrinsecamente interligadas e constituem um grande desafio para a saúde pública em virtude da discriminação social em torno das IST e dos recursos públicos inadequados (Otu *et al.*, 2021). Podem ter diversos efeitos negativos na saúde reprodutiva, provocando danos permanentes nas trompas de Falópio, útero e tecidos circundantes. Esses danos podem levar à infertilidade, transmissão de mãe para filho, complicações na gravidez e dor pélvica crônica (Otu *et al.*, 2021). Estima-se que as IST causem infertilidade em pelo menos 24.000 mulheres anualmente nos EUA (Otu *et al.*, 2021).

A saúde da mulher está profundamente relacionada com questões de saúde reprodutiva e prevenção de ISTs, especialmente entre grupos vulneráveis. Essas



enfrentam desafios únicos em relação à saúde reprodutiva devido a fatores biológicos, sociais e econômicos. Dessa maneira, o acesso limitado a cuidados de saúde, desigualdade de gênero, violência sexual e falta de educação sexual adequada são barreiras significativas que afetam a capacidade das mulheres de acessar serviços de saúde reprodutiva e prevenir IST (Otu *et al.*, 2021).

Esse artigo tem o objetivo de abordar a saúde reprodutiva e a prevenção de IST em grupos vulneráveis de mulheres em idade fértil, destacando a importância de estratégias específicas e integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS) para a promoção de maior bem-estar na vida dessas mulheres assistidas. Dessa forma, ao serem observadas as barreiras sociais, econômicas e culturais que afetam o acesso aos cuidados de saúde para esses grupos, são propostas soluções e explicações expositivas que visam promover a equidade, a educação sexual e o acesso a serviços de saúde adequados, com o intuito de que haja melhoria da qualidade de vida e a redução das taxas de infecção e morbidade nesses contextos.

2 METODOLOGIA

O projeto de extensão "Saúde Sexual e Reprodutiva e Prevenção de IST em Grupos Vulneráveis", desenvolvido por discentes do quarto período de medicina da Universidade Tiradentes, foi pensado com o objetivo de promover ações de saúde no município de Aracaju, Sergipe. O público-alvo inclui mulheres de 20 a 40 anos em situação de vulnerabilidade, atendidas pela ONG Crescer, que atua na comunidade do Aloque. Diante disso, como forma de preparação para a ação, os componentes do grupo participaram de capacitação teórica promovida pela agremiação Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) Brazil UNIT-SE em parceria com a ginecologista Dra. Gabriela Maurílio, na qual foram apresentados os principais métodos contraceptivos, seus principais mecanismos de ação e aspectos sobre a higiene íntima feminina.

Após esse momento, foi realizada a prática na praça Fausto Cardoso em parceria com a IFMSA e a Secretaria Estadual de Saúde, contando com a participação do Dr. Almir Santana, médico sanitário especialista em prevenção de HIV e outras IST. A ação consistiu na captação de pessoas em situação de rua e vulnerabilidade socioeconômica com o intuito de realizar a testagem rápida de HIV, sífilis, hepatites B e C, além de contar com a instrução a respeito da prevenção destas ISTs e distribuição de panfletos informativos, preservativos e lubrificantes.

Em um segundo momento, foi realizada no projeto CrerSer uma atividade que consistiu em um único encontro com as mulheres da comunidade do Aloque, com idades entre 20 e 40 anos, na qual contou com uma apresentação sobre a prevenção de IST e a saúde reprodutiva e em seguida foi feita uma dinâmica de "Verdade ou Mentira", na qual foram distribuídos balões de cor rosa e branca e as mulheres os levantavam para responder as perguntas.

Ademais, com a finalidade de coletar dados, foi aplicado um questionário individual a respeito dos temas higiene íntima e saúde sexual e reprodutiva. Acerca da higiene íntima, foram elaboradas perguntas sobre como elas costumavam higienizar a região da vulva e vagina e se tinham hábito de compartilhar itens pessoais (sabonete em barra e lâmina

depilatória). Em relação a prevenção de IST e métodos contraceptivos foi perguntado às mulheres se elas possuíam parceiros fixos, se sabiam como utilizar os preservativos (feminino e masculino) e a frequência do uso, se já haviam feito testes rápidos e qual método contraceptivo faziam uso. Por fim, para analisar o impacto da ação, foi questionado se já haviam participado de atividades educativas a respeito do tema.

3 DISCUSSÃO

A saúde sexual e reprodutiva, bem como a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST), representam desafios complexos e multifatoriais, especialmente em populações vulneráveis. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde reprodutiva vai além da ausência de doenças, compreendendo o bem-estar físico, mental e social nos aspectos relacionados ao sistema reprodutivo. Este princípio ressalta a necessidade de estratégias que promovam a autonomia, o acesso à informação e a qualidade dos serviços de saúde (OMS, 2022). Nesse aspecto, as barreiras enfrentadas pelas mulheres em situação de vulnerabilidade são reflexo de desigualdades estruturais.

Segundo Diniz *et al.* (2021), a desigualdade de gênero, a violência sexual e o estigma social associado às ISTs são fatores determinantes que dificultam o acesso a serviços de saúde. Assim, a abordagem comunitária integrada ao SUS, conforme demonstrada no projeto, reforça a importância de políticas públicas que priorizem a educação sexual e a ampliação do acesso aos serviços de saúde. Ademais, evidencia-se que o conhecimento sobre temas como higiene íntima torna-se um elemento fundamental na promoção do bem-estar dessas mulheres, sendo um aspecto frequentemente negligenciado.

A higiene íntima, apesar de essencial para a saúde da mulher, ainda é um tema pouco debatido, seja devido a tabus sociais, seja pela falta de informações adequadas (Murina *et al.*, 2021). Nesse contexto, é crucial que as mulheres recebam orientações apropriadas, uma vez que observa-se uma disparidade nas percepções sobre a prática da higiene vulvovaginal, frequentemente relacionada aos diferentes níveis de escolaridade (Spindola *et al.*, 2021). Isso evidencia a importância de capacitar profissionais de saúde para oferecer orientações claras e acessíveis sobre a escolha e o uso correto de produtos de higiene, reduzindo assim os riscos de doenças vulvovaginais e promovendo a saúde integral da mulher.

Para garantir uma higiene íntima adequada, foram destacadas orientações específicas voltadas ao cuidado da região vulvovaginal feminina. Recomenda-se a limpeza diária da área com água e sabonete líquido hipoalergênico, evitando produtos que possam causar irritação, como perfumes, desodorantes, talcos e lenços umedecidos (Murina *et al.*, 2021). Além disso, também é aconselhável evitar o uso de sabonetes em barra, banhos de espuma ou gel de banho, assim como duchas íntimas ou irrigações vaginais.

É preferível optar por roupas íntimas confortáveis feitas de algodão ou seda e adotar métodos seguros para a remoção de pelos pubianos, evitando a depilação completa para preservar a proteção natural da pele. Durante o período menstrual, é importante utilizar produtos de higiene apropriados, como absorventes descartáveis ou coletores, trocando-os regularmente. Por fim, em casos de desconforto ou dor durante a relação sexual,

pode-se recorrer a lubrificantes ou hidratantes específicos para a região íntima, conforme recomendado por especialistas (Murina PF *et al.*, 2021). Essas práticas promovem um cuidado adequado e auxiliam na prevenção de infecções e desconfortos comuns.

A saúde sexual e reprodutiva está profundamente ligada à prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST), que representam um grave problema de saúde pública (De Oliveira Macedo *et al.*, 2024). O perfil epidemiológico das IST vem se modificando nas últimas décadas em todo o mundo, com aumento expressivo do número de casos entre as mulheres (Moura *et al.*, 2021). De acordo com a OMS, a prevalência global dessas infecções é alarmante, com mais de 1 milhão de novos casos de IST curáveis registrados diariamente, evidenciando o impacto significativo dessas doenças, especialmente na população com acesso limitado a cuidados de saúde (De Oliveira Macedo *et al.*, 2024). Sendo assim, discutir sobre as IST permanece relevante para a saúde pública devido a sua capacidade de propagação e gravidade.

De acordo com Thelma *et al.* (2021), pesquisas apontam falhas no processo de prevenção das IST, relacionadas à falta de conscientização sobre as infecções, suas formas de transmissão, sintomas, incidência e impactos na saúde. Essas lacunas geram dúvidas e incertezas entre os jovens, que muitas vezes não percebem os riscos que enfrentam. Esses fatores aumentam significativamente a vulnerabilidade da população às IST. Ademais, as mulheres são mais vulneráveis a essas doenças por características biológicas, de gênero e sociais, como por exemplo submissão aos homens, baixa escolaridade, baixa renda e atividade sexual precoce (Moura *et al.*, 2021).

Entre as infecções, o HIV/aids é a mais conhecida e frequentemente associada ao medo, especialmente entre jovens de orientação homoafetiva, devido ao estigma ainda existente. Percebe-se que muitas doenças como a aids estão ligadas a comportamentos moral e socialmente reprováveis, visão que remonta à imagem negativa construída no início da epidemia nos anos 1980, perpetuando o estigma e dificultando a adoção de práticas preventivas eficazes (Spindola *et al.*, 2021). Diante desse cenário, a educação sexual surge como um recurso essencial para desconstruir preconceitos, promover o conhecimento sobre sexualidade e saúde reprodutiva, e incentivar o uso de métodos contraceptivos como uma forma de prevenir tanto IST quanto gestações indesejadas no que se refere ao melhor planejamento familiar.

O planejamento familiar representa um conjunto de atividades, procedimentos e intervenções que proporcionam à população aconselhamento, educação em saúde e métodos anticoncepcionais modernos para que as pessoas exerçam seu direito de decidir livre e responsavelmente sobre ter filhos, número de gestações e o momento adequado (da Silva, 2022).

Nessa conjuntura, a contracepção é um dos assuntos mais significativos no que concerne ao cuidado à saúde da mulher, pois representa uma ferramenta que fortalece o empoderamento feminino, garantindo tanto os direitos sobre o próprio corpo quanto às escolhas em relação ao futuro (da Silva, 2022). Entretanto, a ausência de informações e orientações associada a mitos e tabus sobre os métodos contraceptivos expõem as mulheres a situações de gravidez indesejada ou a infecções sexualmente transmissíveis. Nesse viés, é imprescindível ações educativas sobre os métodos contraceptivos.

Entre os métodos contraceptivos destacam-se os preservativos, anticoncepcionais hormonais e dispositivos intrauterinos (DIU). Além de prevenir gestações indesejadas, os preservativos desempenham um papel essencial na redução da transmissão de IST, sendo reconhecidos como uma das intervenções mais eficazes pela literatura científica (De Oliveira Macedo *et al.*, 2024). Nesse sentido, estudos evidenciam que o acesso a métodos contraceptivos é crucial para reduzir desigualdades em saúde, especialmente em populações vulneráveis, onde barreiras socioeconômicas e culturais limitam a adesão a práticas preventivas (Diniz *et al.*, 2021). Assim, integrar a educação sexual ao planejamento familiar, ampliando o acesso a métodos contraceptivos, é uma estratégia essencial para superar as barreiras existentes e promover uma saúde sexual integral e equitativa.

No que se refere ao uso do preservativo, observa-se que os jovens geralmente o utilizam com mais frequência nas primeiras experiências sexuais. Embora seja um método eficaz na prevenção de IST, muitos relatam desconforto, dificuldade de adaptação ou alergia ao látex, o que dificulta o uso contínuo durante as relações sexuais (Spindola *et al.*, 2021).

Além disso, pesquisas indicam que homens entre 15 e 24 anos raramente procuram Unidades Básicas de Saúde para realizar testes de detecção de IST, como HIV, sífilis e hepatites B e C, enquanto entre as mulheres essa prática é mais comum, demonstrando menor preocupação do sexo masculino com a saúde sexual quando comparado às mulheres (Spindola *et al.*, 2021). Esse comportamento masculino pode ser explicado pela dificuldade de acesso às unidades de saúde, pela limitada promoção da saúde do homem e pelas lacunas na Política Pública de Saúde voltada para essa população (Spindola *et al.*, 2021).

Os anticoncepcionais orais ou pílulas anticoncepcionais são esteróides utilizados isoladamente, somente progesterônio (minipílula), ou em associação que envolve o estrogênio relacionado a um progesterônio (anticoncepcionais combinados) (Machado, 2021). As pílulas combinadas mais utilizadas são do tipo monofásicas, com 21, 24 ou 28 comprimidos, todos com a mesma composição e dosagem hormonal. Eles representam o método mais popular em todo o mundo, sendo utilizado por mais de 150 milhões de mulheres (Machado, 2021).

O dispositivo intrauterino (DIU) é um método contraceptivo reversível, de longa duração, com formato variável, inserido através do colo uterino para se alojar na cavidade uterina (Andrade *et al.*, 2022). Entre as opções disponíveis estão o DIU de cobre e o Sistema Intrauterino (SIU) liberador de levonorgestrel. No Brasil, o Ministério da Saúde oferece o DIU de cobre gratuitamente por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) (Oliveira *et al.*, 2023). Os DIUs têm como vantagens a reversibilidade simples, baixos índices de gravidez, poucos efeitos colaterais, a ausência de necessidade de manutenção frequente por parte da usuária e a ação local (intrauterina) (Oliveira, *et al.*, 2023). No entanto, apesar de apresentar inúmeras vantagens, ainda há uma considerável resistência das pacientes ao uso em virtude da preocupação de falha do método e do receio de perfuração uterina (Andrade *et al.*, 2022).

Desse modo, com a finalidade de informar à população feminina a respeito desse tema e reduzir o número de infecções sexualmente transmissíveis, ações de educação

em saúde são indispensáveis. Nessa perspectiva, o projeto de extensão “Saúde Sexual e Reprodutiva e Prevenção de ISTs em Grupos Vulneráveis” , feito em parceria com o projeto CrerSer, realizou uma roda de conversa com mulheres da comunidade do Aloque, em Aracaju, na qual foram abordadas as formas de fazer uma higiene íntima adequada, os principais métodos contraceptivos e as principais ISTs e suas formas de prevenção.

4 RESULTADOS

A partir da análise dos dados coletados através do formulário aplicado no dia da ação sobre práticas de higiene íntima e saúde sexual e reprodutiva de mulheres, os resultados ressaltaram a importância de trabalhar a temática vigente, principalmente nas populações mais vulneráveis.

Nesse sentido, a amostra foi composta por mulheres com idades entre 23 e 56 anos, demonstrando diversidade nos hábitos relacionados à higiene íntima, uso de produtos específicos e adesão a métodos contraceptivos.

Entre os hábitos relatados, a maioria das participantes utilizava sabonete em barra para higiene íntima, restringindo-se apenas à região externa (80%), o que é considerado a prática mais adequada. No entanto, 10% relataram o uso de sabonetes líquidos íntimos ou outros produtos dentro do canal vaginal, fator que pode ser responsável por aumentar o risco de infecções e complicações reprodutivas. Além disso, práticas complementares, como o uso de toalhas específicas ou giletes para higiene, foram mencionadas por algumas participantes. A predominância do uso de sabonetes comuns sugere possíveis limitações de acesso a produtos desenvolvidos para a saúde íntima feminina, destacando uma realidade a ser enfrentada.

Quanto ao uso de métodos contraceptivos, 40% das participantes relataram utilizar anticoncepcionais injetáveis, enquanto 20% mencionaram o uso de preservativos e 10% o uso de DIU. Ainda assim, 30% afirmaram não usar nenhum método, o que reforça a necessidade de ações que promovam maior adesão a práticas seguras de planejamento familiar e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Apesar da relevância do preservativo para a proteção contra ISTs, sua baixa utilização merece atenção especial.

A análise também destacou diferenças significativas no acesso à educação em saúde. Embora 90% das participantes relataram práticas consideradas adequadas, a ocorrência de práticas inadequadas entre 10% das mulheres demonstra que ainda existem lacunas na disseminação de informações sobre cuidados íntimos. Essa realidade se agrava em grupos vulneráveis, nos quais fatores como baixa renda e acesso limitado a serviços de saúde aumentam a predisposição a infecções vaginais, infecções do trato urinário e outras complicações.

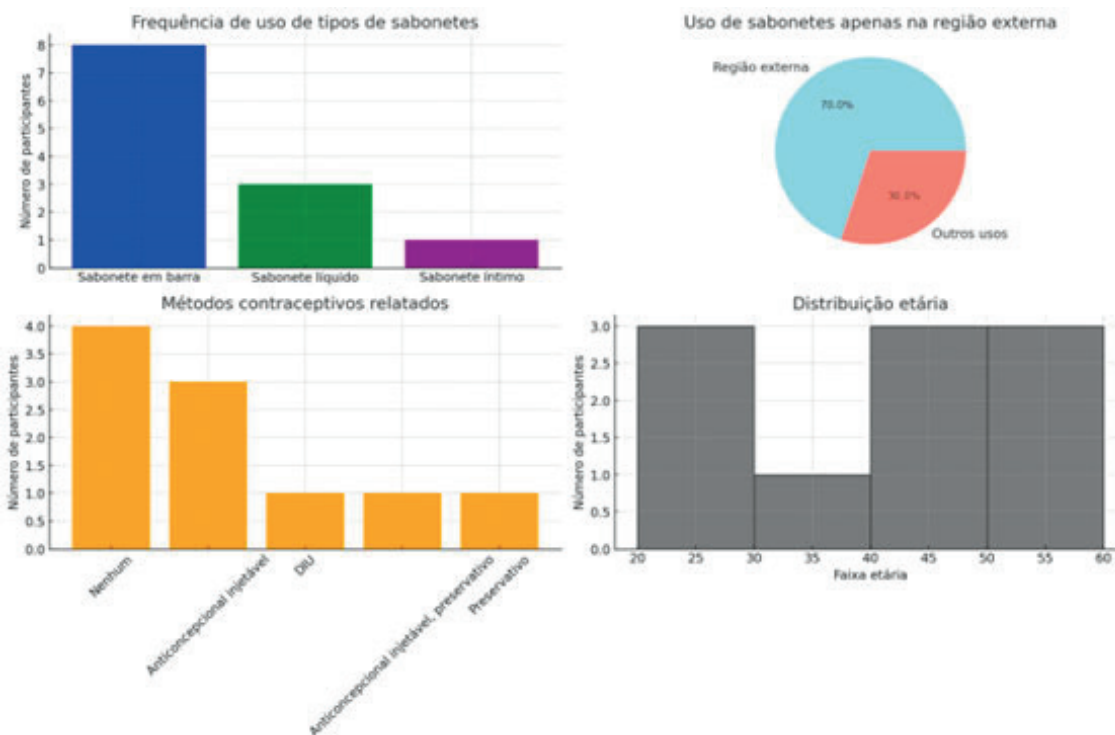
Diante desse cenário, torna-se evidente a importância de intervenções voltadas para a promoção da saúde íntima e reprodutiva feminina. Nessa perspectiva, os dados obtidos evidenciam a necessidade de ações direcionadas para melhorar a saúde íntima e reprodutiva de mulheres, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade. A implementação de estratégias que incluam educação em saúde, distribuição de recursos e acesso facilitado a serviços especializados é fundamental para garantir a proteção da saúde feminina e a redução de desigualdades nesse âmbito.

Tabela 1 – Resumo dos dados coletados

Idade (anos)	Práticas de Higiene	Uso de Produtos	Métodos Contraceptivos	Vulnerabilidade Percebida
23-30	Sabonete em barra, região externa	Sabonete em barra	Nenhum ou anticoncepcional injetável	Sim
31-40	Sabonete em barra e líquido	Sabonete em barra e toalha	Anticoncepcional injetável ou DIU	Sim
41-50	Sabonete em barra e líquido íntimo	Produtos de higiene e preservativo	Anticoncepcional injetável ou nenhum	Sim
51+	Uso restrito à região externa	Sabonete em barra	Nenhum	Sim

Fonte: Dados resultantes projeto (2024).

Gráfico 1 – Resultados do Projeto de Extensão sobre Saúde da Mulher



Fonte: Dados resultantes projeto (2024).



5 CONCLUSÃO

A saúde reprodutiva e a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST) são pilares essenciais para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida, especialmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade. O projeto de extensão "Saúde Sexual e Reprodutiva e Prevenção de ISTs em Grupos Vulneráveis" destacou como ações comunitárias integradas, aliadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), podem gerar impactos significativos na redução de desigualdades e na ampliação do acesso à saúde.

Os dados coletados reforçam a relevância de práticas educativas, que desmistificam temas como higiene íntima, métodos contraceptivos e prevenção de ISTs. Embora a maioria das mulheres participantes demonstre práticas adequadas de higiene íntima e interesse pelo planejamento familiar, a existência de lacunas importantes evidencia a necessidade de ações contínuas e abrangentes. A baixa adesão ao uso de preservativos, fundamental para prevenir tanto IST quanto gestações indesejadas, destaca a importância de fomentar a educação sexual e de facilitar o acesso a métodos contraceptivos eficazes.

Ademais, as limitações enfrentadas pelas mulheres em relação à educação e aos serviços de saúde refletem desigualdades estruturais que afetam diretamente a saúde sexual e reprodutiva. Nesse sentido, iniciativas que promovam a conscientização, distribuam recursos e integrem os serviços de saúde pública às necessidades específicas das comunidades vulneráveis são indispensáveis.

Conclui-se que o fortalecimento da educação em saúde e o investimento em políticas públicas inclusivas são estratégias fundamentais para garantir a equidade e reduzir os índices de morbidade associados às IST e às complicações reprodutivas. Assim, projetos como o realizado na comunidade do Aloque se tornam exemplos valiosos de como a união entre conhecimento técnico e práticas humanizadas pode transformar a saúde das populações mais necessitadas, promovendo autonomia, saúde integral e dignidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mirene Santos *et al.* Planejamento familiar no Sistema Único de Saúde: Uso do dispositivo intrauterino. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, 2022.
- DE OLIVEIRA MACEDO, Emilly Paula *et al.* Conhecimento da população adulta acerca das infecções sexualmente transmissíveis. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 1, p. 6237-6250, 2024.
- DESROSIERS, Alethea *et al.* Uma revisão sistemática de intervenções de saúde sexual e reprodutiva para jovens em cenários humanitários e de países de baixa e média renda. **BMC Public Health**, v. 20, p. 1-21, 2020.
- FRICKMANN, Hagen. Diversificação da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. **Future Microbiology**, v. 14, n. 17, p. 1465-1468, 2019.
- GOMEZ, Anu Manchikanti *et al.* Integrating Sexual and Reproductive Health Equity Into Public Health Goals and Metrics: Comparative Analysis of Healthy People 2030's Approach and a Person-Centered Approach to Contraceptive Access Using Population-Based Data. **JMIR Public Health and Surveillance**, v. 10, p. e58009, 2024.
- MACHADO, R. B.; MONTEIRO, I. M.; BRITO, M. B.; LUBIANCA, J. N. Aspectos práticos quanto à escolha do contraceptivo oral combinado. **Femina**, 2021
- MURINA, P. F. *et al.* Real-World practices and attitudes towards intimate self-care: results from an international women's survey. **J Gynecol Obstet Hum Reprod.**, v. 50, n. 10, p. 102-192, 2021.
- OLIVEIRA, Lays Souza de *et al.* Evidências da inserção de dispositivo intrauterino por enfermeiros na atenção primária à saúde: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 77, p. e20230134, 2024.
- OTU, Akaninyene *et al.* Refocalizando em infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) para melhorar a saúde reprodutiva: um chamado para mais ações. **Reproductive Health**, v. 18, p. 1-4, 2021.
- PAIXAO, Tatiane Taiz *et al.* Cuidados de enfermagem em saúde reprodutiva à mulher na Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 10, n. 4, p. 812-824, 2022.
- PARMEJANI, Elen Petean *et al.* Saúde sexual e saúde reprodutiva da população ribeirinha: revisão integrativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, p. e03664, 2021.

SILVA, Amanda Sá da; CAETANO, Oswaldo Aparecido. A importância do planejamento familiar e os métodos contraceptivos: revisão integrativa de literatura. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 8, p. 1322-1335, 2022.

SPINDOLA, Thelma *et al.* A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis nos roteiros sexuais de jovens: diferenças segundo o gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 2683-2692, 2021.

SUL, S.; FERREIRA, L.; MAIA, A. C.; COELHO, A.; COSTA, A. Sexually transmitted infections and health literacy: a community-based preventive program. **Journal of Primary Care & Community Health**, v. 14, p. 21501319231159973, 2023.

VAN GERWEN, Olivia T.; MUZNY, Christina A.; MARRAZZO, Jeanne M. Infecções sexualmente transmissíveis e saúde reprodutiva feminina. **Nature microbiology**, v. 7, n. 8, p. 1116-1126, 2022.

1 Acadêmica do curso de Medicina, Universidade Tiradentes – UNIT.
E-mail: xxxxx

2 Acadêmico do curso de Medicina, Universidade Tiradentes – UNIT.
E-mail:igor.nunes@souunit.com.br

3 Acadêmica do curso de Medicina, Universidade Tiradentes – UNIT.
E-mail:livia.avila@souunit.com.br

4 Acadêmica do curso de Medicina, Universidade Tiradentes – UNIT.
E-mail:lorena.meyrelles@souunit.com.br

5 Acadêmica do curso de Medicina, Universidade Tiradentes – UNIT.
E-mail:mariana.guimaraes01@souunit.com.br

6 Acadêmica do curso de Medicina, Universidade Tiradentes – UNIT.
E-mail: maria.siebra@souunit.com.br

7 Acadêmica do curso de Medicina, Universidade Tiradentes – UNIT.
E-mail:maria.lfontes@souunit.com.br

8 Acadêmico do curso de Medicina, Universidade Tiradentes – UNIT.
E-mail:rafael.vasconcelos02@souunit.com.br

9 Acadêmica do curso de Medicina, Universidade Tiradentes – UNIT.
E-mail: rayane.ferreira02@souunit.com.br

10 Mestra em Endocrinologia Clínica, Metabolismo e Nutrição.
E-mail: tamires.freire95@souunit.com.br



Como Citar (APA)

Recebimento: 29/1/2025

Avaliação: 22/2/2025

Aceite: 3/3/2025

Matos de Andrade, A. J., Matos Nunes, I., de Ávila Nascimento Conceição, L., Meyrelles Souza Araújo, L., Guimarães de Souza Melo, M., Amaral Siebra, M. E., ... Freire de Carvalho Santana Andrade, T. SAÚDE REPRODUTIVA E PREVENÇÃO DE IST EM GRUPOS VULNERÁVEIS. **Caderno De Graduação - Ciências Biológicas E Da Saúde - UNIT - SERGIPE**, 9(1), 121–133. <https://doi.org/10.17564/2316-3151.2025v9n1p121-133>



<https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas>

** Uma publicação exclusiva para alunos de graduação dos cursos de ciências biológicas e da saúde da Universidade Tiradentes



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

Unit UNIVERSIDADE TIRADENTES

EDITORA UNIVERSITÁRIA
TIRADENTES

cadernos de graduação
ciências biológicas e da saúde